

PLANO ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025



Índice

O Instituto de Apoio à Criança	4
Mensagem da Direção	7
Sumário Executivo	8
Missão, Visão e Valores	9
Estrutura Organizacional	10
Áreas Transversais	11
Serviços Administrativos	11
Serviços Intervenientes	12
Áreas de Intervenção	14
Eixos Estratégicos	15
Ações a Desenvolver	16
Prevenção	18
Intervenção	21
Participação	26
Conhecimento	28
Cooperação	30
Projetos Financiados	32
Orçamento 2025	35
Atas	43

O INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA

O Instituto de Apoio à Criança (IAC), fundado em 1983, tem como missão contribuir para o desenvolvimento integral da Criança, na defesa e promoção dos seus Direitos. Nasceu da inspiração do Dr. João dos Santos e cresceu com a convicção de que “uma política da infância deve ser obra de toda a comunidade com a participação ativa e generalizada das pessoas e em trabalho coordenado das instituições”. Por iniciativa de Manuela Ramalho Eanes, que reuniu um conjunto de personalidades marcantes da vida cívica portuguesa de então, o IAC surge no âmbito do Ano Internacional da Criança e já com a nova perspetiva de Criança como sujeito de Direitos.

Criou serviços que, só passadas décadas, foram aconselhados nas Convenções do Conselho da Europa, como a linha SOS Criança, serviço telefónico anónimo e confidencial, de acompanhamento psicológico, e o Projecto Rua, aprovado ao abrigo do 3.º Programa de Luta contra a Pobreza da CE, cuja metodologia de trabalho com crianças em risco é atualmente replicada a nível nacional e internacional. Foi, ainda, pioneiro em áreas como a Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança, com destaque para a implementação da Carta da Criança Hospitalizada, a Defesa do Direito de Brincar através de consultoria técnica para a criação de espaços lúdicos, e o Atendimento Jurídico, serviço gratuito, exclusivamente em matérias relativas ao Direito da Criança.

As atividades de intervenção social realizadas pelo IAC enquadram-se nos seguintes grandes eixos estratégicos: Prevenção, Intervenção, Participação, Conhecimento e Cooperação, no quadro das quais se desenvolvem ações de intervenção comunitária; diagnóstico e encaminhamento de situações de risco; acompanhamento de crianças e jovens com medida de Promoção e Pro-



teção, Tutelar Educativa ou Penal; acolhimento de emergência; dinamização de recreios e espaços de brincar; mediação escolar; ações de formação e sensibilização para crianças, jovens e famílias; capacitação de profissionais; elaboração e disseminação de materiais informativos e de literacia em Direitos da Criança; humanização de espaços e serviços dedicados a crianças; linhas de Apoio SOS (SOS Criança, SOS Criança Desaparecida, SOS Família-Adoção); acompanhamento psicológico; atendimento jurídico; participação em redes nacionais e internacionais.

Destacam-se, ainda, o Consultório Social, um recurso único integrado para o atendimento psicológico, social e jurídico, as Escolas de Segunda Oportunidade, resposta socioeducativa para a formação de jovens em situação de abandono escolar e absentismo grave, as Escolas de (e a) Brincar, melhoria de espaços de brincar interiores e exteriores de escolas de 1.º Ciclo, e as Escolas Alfaiate que promovem uma educação à medida de cada aluno.

As crianças e os jovens são o principal foco do IAC, em especial os mais vulneráveis, mas acredita-se que é necessário intervir com todos os outros aspetos que, de alguma forma, impactam a vida da criança, sendo a influência política e social um eixo central da intervenção, o que se comprova pelas inúmeras alterações políticas e legislativas que entretanto foram introduzidas em matéria de Direitos da Criança.

São já mais de quatro décadas de trabalho efetivo com crianças, jovens, famílias e profissionais de diferentes áreas, sempre com o objetivo de tornar o mundo mais justo e digno para todas as crianças e jovens.





Mensagem da Direção

Construir uma sociedade mais justa e mais igualitária é um dos mais valiosos contributos que as organizações da sociedade civil podem dar a todos os setores da sociedade, tanto a nível individual como coletivo, e, nesta matéria, o Instituto de Apoio à Criança, não é exceção.

Como se pode verificar pela leitura deste Plano de Atividades, o IAC enquanto parceiro do Estado, desenvolve trabalho na área da promoção, da prevenção, do respeito e da valorização dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, estimulando o pensamento empático e crítico sobre os direitos e sobre as situações que os violam.

Estamos conscientes de que o reconhecimento dos Direitos da Criança é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, uma sociedade em que todas as pessoas independentemente da sua origem, do seu país, da sua condição familiar e social, género ou idade, têm acesso às mesmas oportunidades e direitos.

Num trabalho diário, em parceria com o Estado e com outras organizações nacionais e internacionais, o IAC defende que cada criança, cada adolescente, cada família possa receber o suporte necessário para atingir o seu pleno potencial, considerando as suas capacidades e necessidades.

Quebrar o círculo da pobreza, defender as crianças vulneráveis, nomeadamente as expostas à violência doméstica, e promover a justiça social de modo a garantir que todos têm acesso aos recursos essenciais é um mote do IAC. Mote que está permanentemente espelhado em todas as ações traçadas neste Plano de Atividades.

Para além do Plano de Atividades em que se apresenta as propostas específicas, as metas e os objetivos a atingir em 2025, é igualmente apresentado o Orçamento onde se estimam os recursos financeiros necessários para executar o Plano.

O IAC, ao longo de quatro décadas, tem desempenhado um papel essencial na construção de uma sociedade mais justa, unindo esforços que permitam garantir a promoção do bem-estar das Crianças, dos Adolescentes e suas Famílias.

Prevenir, dar suporte, incluir, proteger, são, entre outras, alíneas que garantem a construção de uma Sociedade mais justa.

Persistimos na ideia da criação de um Plano Nacional de Prevenção e Combate de todas as formas de Violência contra a Criança.

Manuel Ataíde Coutinho
SECRETÁRIO-GERAL

Sumário Executivo

Em 2024, o enquadramento socioeconómico de Portugal em matéria de Direitos da Criança reflete uma série de avanços e desafios.

Não obstante o esforço feito pelas entidades governamentais na criação de mecanismos de proteção da infância, assistimos a uma deterioração das condições económicas da população em geral o que o agudizar a pobreza infantil. A crise na habitação tem colocado muitas famílias em situação de vulnerabilidade o que afeta diretamente o bem-estar das crianças e jovens.

Também na saúde se tem verificado uma procura cada vez maior de recursos em saúde mental, o que demonstra que este deverá ser um foco da nossa intervenção para 2025.

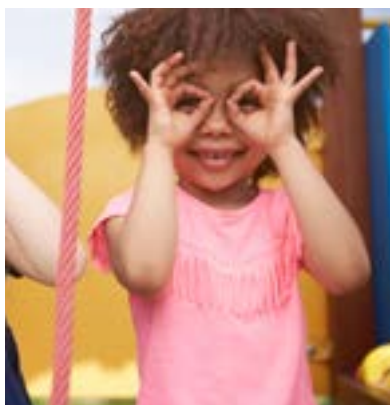
No que diz respeito à violência e ao abuso, apesar dos Planos desenhados a nível nacional

e internacional, mantém-se o elevado número de ocorrências de situações de violência contra crianças, pelo que se mantém necessário o reforço de sensibilização nestas áreas.

A continuidade do compromisso do IAC em 2025 é crucial para garantir que todas as crianças em Portugal possam desfrutar de uma infância digna, sendo fundamental investir em projetos e respostas de combate à pobreza, violência e desigualdades na infância, nomeadamente promover a criação de um Plano Nacional de Prevenção e Combate a todas as formas de violência sobre as crianças, que integre as organizações da Sociedade Civil”.



Recursos em saúde



Compromisso

Infância digna



Respostas de combate à pobreza



Missão, Visão e Valores



Missão

O Instituto de Apoio à Criança pretende contribuir para o **Desenvolvimento Integral da Criança na Defesa e Promoção dos seus Direitos.**



Visão

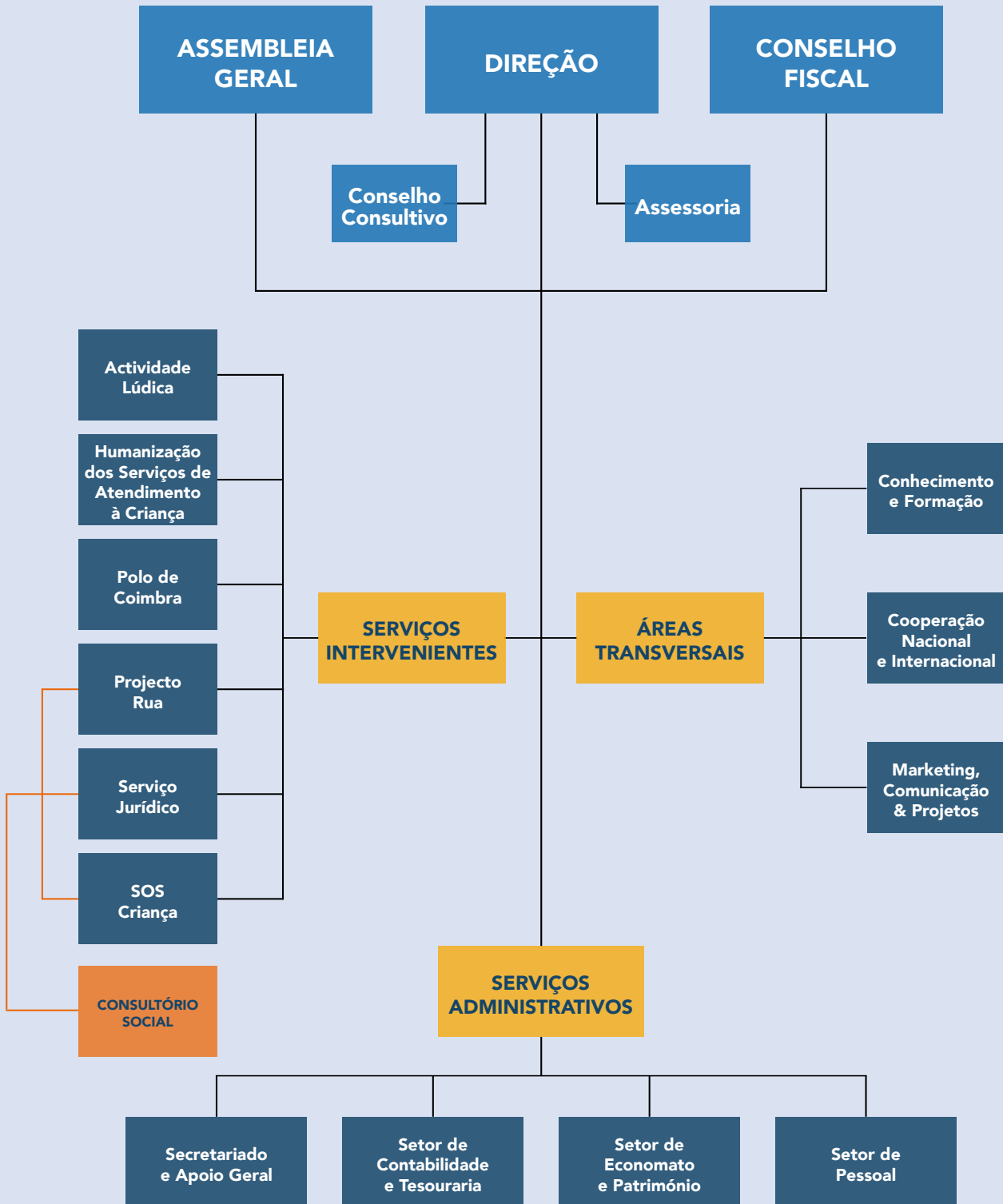
O Instituto de Apoio à Criança visa que **todas as Crianças tenham os seus Direitos garantidos.**



Valores

O Instituto de Apoio à Criança norteia a sua ação pela **ética, transparência, competência, rigor, compromisso, confidencialidade e respeito pelos Direitos da Criança.**

Estrutura Organizacional





Áreas transversais

- Conhecimento e Formação;
- Cooperação Nacional e Internacional;
- Marketing, Comunicação e Projetos.

Estas áreas transversais têm como objetivo assessorar a Direção na definição de estratégias de representação e de divulgação do trabalho desenvolvido.

As suas ações desenvolvem-se em articulação direta com as equipas de intervenção e os serviços administrativos, e incluem atividades como produção de materiais informativos, realização de estudos, implementação de estratégia de formação interna e externa, gestão e dinamização das parcerias a nível nacional e internacional, representação do IAC em grupos de trabalho, produção de materiais de divulgação, gestão da presença do IAC nas redes sociais e media e gestão de angariação de fundos.

Serviços Administrativos

- Secretariado e Apoio Geral;
- Setor de Contabilidade e Tesouraria;
- Setor de Econmato e Património;
- Setor de Pessoal.

Os Serviços Administrativos asseguram o normal funcionamento de toda a instituição, em articulação direta com os Serviços Intervenientes, Áreas Transversais e sob a coordenação da Direção do Instituto.





Serviços Intervenientes

Atividade Lúdica

A Actividade Lúdica é responsável pela **defesa do Direito de Brincar**, através da capacitação e consultoria aos intervenientes que trabalham diretamente com as crianças e jovens (e.g. profissionais de educação, técnicos e famílias). Uma parte da intervenção baseia-se na investigação sobre Ludicidade em Portugal, nomeadamente através de **auscultação de crianças e jovens** como forma de orientar as atividades desenvolvidas, quer em contexto escolar, quer nos espaços lúdicos.

A **defesa dos Direitos da Criança nos vários serviços de atendimento à criança** é o ponto central da intervenção e inclui a capacitação de profissionais, a sensibilização de crianças e famílias, a humanização dos espaços e a produção de materiais informativos, nomeadamente para promoção da literacia em saúde. Assume, ainda, a responsabilidade da Rede Nacional de Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família.

Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança

Polo de Coimbra

Esta equipa centra a sua intervenção na dinamização das redes que o IAC promove, na região centro e norte do país, nomeadamente a rede GAAF, Rede Construir Juntos e Rede Juvenil Crescer Juntos. As suas atividades baseiam-se na realização de **ações de capacitação e de sensibilização dirigidas a todos os agentes (profissionais, famílias, crianças e jovens)** em temas relacionados com direitos e deveres da criança e na dinamização do Centro de Atividades para a Infância e Juventude.

Projecto Rua – Em Família para Crescer

Intervenção direta com crianças, jovens e famílias em situação de risco, através da dinamização de projetos integrados socioeducativos em comunidades vulneráveis que permitem apoiar adolescentes e jovens com comportamentos disruptivos ou desviantes. Realiza também, uma intervenção na Comunidade de Fuga com recurso à unidade móvel lúdico-pedagógica que realiza giros (noturnos e diurnos) na sequência de situações de desaparecimento de crianças e jovens. Dinamiza, ainda, a Escola de Segunda Oportunidade, uma resposta socioeducativa única e integrada para a formação de jovens em situação de abandono escolar e absentismo grave.

O foco da atividade neste domínio é a **dinamização das Linhas de Apoio à Criança**, nomeadamente a Linha SOS Criança, a Linha SOS Criança Desaparecida e a Linha SOS Família-Adopção. Incluem-se, ainda, equipas de **apoio psicológico** e de **intervenção em contexto escolar**, no âmbito do projeto “Escola Alfaiate”, que inclui a dinamização de sessões de sensibilização e o acompanhamento individualizado a crianças e jovens.

SOS Criança

Serviço Jurídico

Esclarecimento e informação jurídica em matéria de Direitos da Criança, nas várias áreas e encaminhamento de situações que implicam uma resposta a nível legal.

Prestação de **consultadoria** a profissionais de diversas áreas, nomeadamente, profissionais de saúde, técnicos de CPCJ e de casas de acolhimento e **formação específica relativamente ao enquadramento legal do Sistema de Proteção da Criança e do Jovem**.

O Consultório Social detém um espaço próprio e assegura o atendimento **psicológico, social e jurídico de forma integrada**.

Consultório Social

Áreas de Intervenção

Saúde

- Contribuir para que os Direitos da Criança nos serviços de saúde sejam respeitados.
- Disponibilizar apoio especializado e gratuito no âmbito da saúde mental.
- Contribuir para o cumprimento do Direito à Saúde, nomeadamente no acesso aos serviços de saúde.

Educação

- Promover os Direitos da Criança em contexto escolar.
- Implementar respostas alternativas ao contexto escolar para crianças e jovens em risco.
- Intervir em contexto comunitário e escolar para a prevenção do abandono e o insucesso escolar, colaborando com a Escola na adequação das medidas educativas face às necessidades das crianças.

Social

- Disponibilizar apoio especializado e gratuito no âmbito social.
- Intervir de forma holística, próxima e sistemática junto de crianças, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade e residentes em territórios de intervenção prioritária.
- Intervir em contexto de rua junto de crianças e jovens em fuga.

Justiça

- Disponibilizar apoio jurídico especializado e gratuito no âmbito do Direito da Criança e da família.
- Disponibilizar informação especializada em matéria de Direito da Criança e da família.
- Colaborar nos Acordos de Promoção e Proteção e nas Medidas Tutelares Educativas, em meio natural de vida.
- Contribuir para a criação de mecanismos que potenciem uma justiça mais amiga da criança.

Eixos Estratégicos

Prevenção

A sensibilização da Sociedade Civil é fundamental para garantir a melhoria contínua da intervenção em matéria de Direitos da Criança. Com este eixo estratégico pretende-se sensibilizar os agentes da sociedade civil para a promoção e defesa dos Direitos da Criança, o que irá reforçar a eficácia da sua intervenção, ampliar a sua capacidade de ação e de iniciativa e aumentar o impacto nos grupos-alvo.

Intervenção

O IAC dinamiza programas e atividades com o objetivo de promover e defender os Direitos da Criança. Procura implementar respostas sociais em áreas não cobertas pelo Estado e complementar ou reforçar áreas prioritárias de intervenção para as quais exista escassez de respostas, intervindo junto das crianças, jovens, famílias e profissionais.

Participação

A participação das crianças e dos jovens é um eixo fundamental em matéria de Direitos da Criança. O IAC desenvolve e implementa medidas e iniciativas de participação ativa das crianças e jovens, como forma de os envolver em todas as matérias que lhes dizem respeito, na perspetiva de “Dar Voz à Criança”.

Conhecimento

O IAC privilegia desde a sua fundação o estudo dos Direitos da Criança, como forma de aprofundar conhecimento mapear os constrangimentos à efetivação dos Direitos e adaptar a intervenção social. Este eixo inclui a realização de estudos, produção, gestão e difusão de conhecimento em matéria de Direitos da Criança e organização de eventos.

Cooperação

O trabalho em parceria constitui um princípio basilar da ação do IAC, o que se reflete na dinamização e participação ativa em diversos fóruns nacionais e internacionais. Este eixo incorpora, ainda, as ações desenvolvidas no âmbito da estratégia de sustentabilidade financeira, nomeadamente a relação com doadores particulares e empresas e as candidaturas a linhas de financiamento.

Ações a Desenvolver

PREVENÇÃO

- Capacitação
- Ações em contexto socioeducativo
- Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família
- Campanhas de sensibilização
- Comunicação



INTERVENÇÃO

- Consultório Social
- Escola de Segunda Oportunidade
- Escola “Alfaiate”
- Linhas de Apoio à Criança
- Apoio Psicológico
- Apoio Jurídico
- Consultoria Técnica
- Comunidades Vulneráveis
- Comunidade de Fuga com recurso à Unidade Móvel Lúdico-Pedagógica



PARTICIPAÇÃO

- Rede Juvenil Crescer Juntos
- Mediadores Comunitários
- Outras iniciativas de participação



CONHECIMENTO

- Estudos e Investigação
- Publicações
- Eventos



COOPERAÇÃO

- Rede Construir Juntos
- Parceiros
- Apoios e Donativos
- Projetos financiados

Prevenção

A prevenção pressupõe o envolvimento das **crianças, jovens, famílias, profissionais e sociedade civil**.

A intervenção do IAC inclui as ações diretas com crianças e jovens, que são fundamentais para promover o seu **desenvolvimento integral, e as ações de sensibilização da sociedade civil**.

Tem sido uma prioridade o investimento em ações e programas de **prevenção de forma a identificar e mitigar riscos, no que se refere à violência, ao abuso sexual e à vulnerabilidade social**.

Também a presença do IAC nos media e redes sociais constitui uma forma de ampliar o alcance dos conteúdos relacionados com a infância e juventude e contribuem para uma maior eficácia da intervenção preventiva.

Ações

- Capacitação
- Ações em contexto socioeducativo
- Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família
- Campanhas de sensibilização
- Comunicação

● CAPACITAÇÃO

O IAC privilegia, desde sempre, a **componente formativa**. Esta ocorre a nível nacional e é dirigida a todos os **profissionais que trabalhem na área da infância e juventude**, nomeadamente, **nas áreas da saúde, educação, justiça e social**.

Desde novembro de 2024 assume-se como **entidade formadora acreditada** pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua.

Neste sentido, o IAC promove, também, para os seus colaboradores ações de formação interna.

Pretende-se, em 2025, dar continuidade e reforçar a oferta formativa em modalidade *online*, incluindo recursos disponibilizados na plataforma moodle, de forma a rentabilizar recursos humanos e a diminuir desigualdades geográficas no acesso a formação especializada.

Prevê-se:

- Responder a solicitações para a realização de ações de formação para famílias e intervenores sociais, nas diversas áreas de intervenção do IAC;
- Responder a pedidos de colaboração de estudantes e profissionais que pretendam conhecer a intervenção do IAC;
- Orientar estágios curriculares e profissionais.

● AÇÕES EM CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO

A escola é um meio privilegiado para desenvolver ações com as crianças e os jovens, contribuindo para a **prevenção de situações de risco e perigo**, bem como para o desenvolvimento de **competências pessoais e sociais**.

Como objetivo para 2025, pretendemos destacar a presença do IAC em escolas e noutros contextos socioeducativos, como espaços lúdicos ou centros comunitários, no sentido de capacitar as crianças e os jovens em diversas matérias relacionadas com os seus Direitos.

Prevê-se:

- Responder a solicitações para a realização de ações com crianças, quer em contexto escolar, quer noutros contextos socioeducativos;
- Dar continuidade a projetos de sensibilização em matéria dos Direitos da Criança, com este público específico.

● GABINETES DE APOIO AO ALUNO E À FAMÍLIA

Os Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), integrados no projeto Mediação Escolar, são fundamentais para a prevenção de situações de absentismo escolar, de abandono escolar e de exclusão social dos alunos e das suas famílias, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso das crianças e jovens.

Sendo a intervenção direta dos GAAF efetuada pelas próprias escolas, o papel do IAC centra-se no suporte ao corpo docente e não docente e à comunidade escolar. Pretende-se, em 2025, dar continuidade e alargar esta ação.

Prevê-se:

- Dinamizar a Rede de GAAF, através do seu acompanhamento, formação e supervisão, bem como da implementação de novos GAAF;
- Organizar fóruns temáticos dirigidos à Rede Nacional de GAAF;
- Organizar dois Encontros Regionais da Rede.



● CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

As campanhas de sensibilização são importantes, por um lado, para alertar a sociedade em relação a temas que merecem destaque e, por outro, para **promover a mudança de atitudes e de comportamentos**.

Neste sentido, o IAC tem apostado em desenvolver campanhas de sensibilização contínuas, aliando-se também a outras entidades (como a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens, Universidades, IPSS), numa tentativa de ampliar o alcance da sua comunicação e envolver a comunidade na defesa e promoção dos Direitos da Criança.

Prevê-se:

- Realizar campanhas de sensibilização periódicas, nomeadamente, sobre:
 - Prevenção contra os maus-tratos;
 - Linha SOS Criança;
 - Nem mais uma palmada;
 - Plano Nacional “Todos Pintamos contra o *Bullying*”;
 - Crianças expostas à violência doméstica.

● COMUNICAÇÃO

As redes sociais e a presença na comunicação social são fundamentais não apenas para divulgar, mas também para ampliar o **impacto das ações realizadas**, promovendo uma abordagem integrada e colaborativa. Os meios de comunicação tradicionais e digitais potenciam a **articulação entre diversas entidades, profissionais e recursos**, criando uma rede de apoio e de disseminação de mensagens que favorecem o desenvolvimento integral da criança. Esta ligação aumenta o alcance e a eficácia das iniciativas, permitindo uma atuação mais ampla e coordenada em benefício das crianças e das suas famílias.

Pretendemos em 2025 fortalecer a presença do IAC nos meios de comunicação social, enquanto entidade de referência em assuntos relacionados com a infância e juventude.

Prevê-se:

- Desenvolver e implementar uma estratégia integrada de comunicação externa, nomeadamente a dinamização das redes sociais, relação com a comunicação social e dinamização do site.



Intervenção

O IAC dinamiza programas e atividades com o objetivo de promover e defender os Direitos da Criança. Procura **implementar respostas sociais em áreas não cobertas pelo Estado, e/ou complementar e reforçar áreas prioritárias de intervenção para as quais exista escassez de respostas**, intervindo junto das crianças, jovens e respetivas famílias.

O foco tem sido o trabalho de **intervenção direta nas comunidades mais vulneráveis**, com a criação de respostas sociais integradas que incluam as **diferentes áreas de intervenção, nomeadamente, saúde, educação, justiça e social**.

Ações

- Consultório Social
- Escola de Segunda Oportunidade
- Escola “Alfaiate”
- Linhas de Apoio à Criança
- Apoio Psicológico
- Apoio Jurídico
- Consultoria Técnica
- Comunidades Vulneráveis
- Comunidade de Fuga com recurso à Unidade Móvel Lúdico-Pedagógica

● CONSULTÓRIO SOCIAL

O Consultório Social “Luz Verde à Criança” surge no âmbito do Projeto “Luz Verde à Criança”, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa e pretende constituir um recurso para o **atendimento psicológico, social e jurídico de situações diagnosticadas**, com especial incidência de crianças e jovens em situação de risco na cidade de Lisboa.

Para 2025 pretende-se reforçar esta resposta social, principalmente na área do atendimento psicológico, atendendo a que no último ano se sentiu um **agudizar de situações de saúde mental por parte de crianças e jovens**, o que tem conduzido a um elevado número de encaminhamentos por parte de entidades parceiras na cidade de Lisboa.

Prevê-se:

- Assegurar o funcionamento do Consultório Social, através dos gabinetes psicológico, social e jurídico;
- Garantir e reforçar o atendimento psicológico a crianças e jovens;
- Assegurar o atendimento, encaminhamento e acompanhamento de todas as situações de crianças e jovens em risco psicossocial que são identificadas;
- Atender, encaminhar e acompanhar todas as situações sinalizadas e que impõem uma intervenção jurídica.



● ESCOLA DE SEGUNDA OPORTUNIDADE (E2O)

A E2O destina-se a jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos de idade, **com baixa escolaridade, em situação de elevado absentismo ou abandono escolar, que se encontram em situação de risco ou perigo**, para quem tenham sido esgotadas as respostas de educação e formação, e que tenham em seu nome, a decorrer, medidas tutelares educativas em meio natural de vida ou medidas de promoção e proteção.

Para 2025 pretende-se a continuidade desta resposta de recuperação socioeducativa em três territórios, nomeadamente Marvila, Santa Clara e Lumiar.

Prevê-se:

- Assegurar o funcionamento de quatro turmas E2O;
- Garantir o acompanhamento psicossocial dos jovens, através de um programa de treino de competências pessoais e sociais (Componente Pessoal);
- Garantir a certificação para 6.º e 9.º ano de escolaridade, em parceria com os agrupamento de escola de cada território (Componente Escolar);
- Promover experiências em contexto real de trabalho com vista à futura integração no mercado de trabalho (Componente de Natureza Profissional).

● ESCOLA “ALFAIATE” (EA)

O modelo da Escola Alfiate atua de forma direta e sistemática em escolas de 1.º ciclo colaborando na **construção de uma rede social educativa de suporte à comunidade escolar**. Segue uma **metodologia centrada no aluno**, envolvendo a família e a comunidade escolar, através de sessões individuais e apoio psicopedagógico dentro e fora da sala de aula.

Em 2025 pretende-se a continuidade desta resposta socioeducativa na perspetiva de uma futura replicação da metodologia noutros agrupamentos de escola e cidades do país.

Prevê-se:

- Assegurar a dinamização das atividades nas 5 escolas básicas do Agrupamento de Escolas D. Dinis;
- Garantir o acompanhamento individualizado de alunos sinalizados;
- Realizar sessões de sensibilização sistemáticas em contexto escolar;
- Colaborar nas atividades programadas nas escolas envolvidas.



● LINHAS DE APOIO À CRIANÇA

O IAC dinamiza, de forma gratuita, as linhas:

- **Linha SOS Criança** – para dar voz à criança e ao jovem, prestar apoio psicológico e encaminhar situações de crianças em risco;
- **Linha SOS Criança Desaparecida** – para reporte e apoio psicológico de crianças, jovens e famílias durante e após a situação de desaparecimento ou exploração sexual;
- **Linha SOS Família-Adoção** – para dar suporte emocional e aconselhamento especializado às crianças, adolescentes e famílias adotivas e consultoria independente aos profissionais implicados numa situação de adoção.

Prevê-se:

- Garantir o atendimento telefónico das várias linhas de apoio à criança, nas várias valências (chat, whatsapp, email e telefone);
- Assegurar a articulação com os serviços da comunidade em matéria de infância e juventude e respetivo encaminhamento das situações, nomeadamente acionar o Alerta Rapto/amber Alert.

● APOIO PSICOLÓGICO

O apoio psicológico surge como resposta de **acompanhamento sistemático às situações recebidas via linhas de apoio à infância, de outros serviços do IAC ou de parceiros.**


Em 2025 espera-se o reforço desta resposta, atendendo à escassez de recursos de saúde mental dirigidas a crianças e jovens.

Prevê-se:


- Garantir o apoio psicológico a todas as crianças e jovens sinalizados;
- Implementar estratégias de aconselhamento junto dos responsáveis legais da criança e do jovem.

LINHAS DE APOIO À CRIANÇA (Gratuitas, anónimas e confidenciais)

As linhas SOS Criança e SOS Criança Desaparecida são números únicos europeus criados pela União Europeia no âmbito da estratégia europeia para os Direitos das Crianças. Em Portugal estes números são geridos pelo IAC por recomendação do Ministério da Administração Interna.

 **Linha SOS Criança | 116 111** (dias úteis das 9h às 19h)
966 065 767 | 913 069 404 (WhatsApp)

 **Linha SOS Criança Desaparecida | 116 000** (24h/7)

 **Linha SOS Família-Adoção | 800 210 555**
(3.ª feira das 9h às 13h e 5.ª feira das 14h às 17h)
924 134 760 (WhatsApp)

● APOIO JURÍDICO

O Apoio Jurídico tem como objetivo prestar **esclarecimento e informação jurídica em matéria de Direitos da Criança** e encaminhar situações que necessitam de uma resposta a nível legal.

Prevê-se:

- Assegurar o atendimento jurídico de casos presenciais, por telefone, por escrito ou correio eletrónico;
- Orientar, encaminhar e acompanhar situações no âmbito da informação jurídica.

● CONSULTORIA TÉCNICA

A Consultoria Técnica apoia diferentes entidades (municípios, serviços de saúde, espaços lúdicos) a **implementar medidas de promoção dos Direitos da Criança**. Envolve as fases de diagnóstico, delineamento de planos de ação, intervenção e avaliação.

Segue uma metodologia de **envolvimento de todos os stakeholders**, nomeadamente crianças e jovens, com a realização de iniciativas de participação que permitem uma maior eficácia dos resultados.

Prevê-se:

- Dar resposta aos pedidos de consultoria técnica;
- Assegurar a execução de projetos de humanização de espaços de atendimento à criança;
- Apoiar tecnicamente os espaços lúdicos;
- Assegurar a implementação de programas solicitados por municípios.



● COMUNIDADES VULNERÁVEIS

A intervenção na comunidade constitui um eixo fundamental da ação do IAC. A metodologia de proximidade utilizada diferencia o IAC na sua relação com as crianças, jovens e famílias. É um **acompanhamento direto e sistemático, através da dinamização de atividades socioeducativas em contexto comunitário.**

Prevê-se:

- Assegurar a dinamização de atividades no espaço “EducaCondado”, no Bairro do Condado (Lisboa) e o Centro de Atividades para a Infância e Juventude, na União das Freguesias de Coimbra;
- Assegurar o apoio psicossocial das crianças, jovens e famílias em situação de risco identificadas e sinalizadas;
- Garantir a articulação com os serviços da comunidade e a participação ativa em grupos comunitários e interinstitucionais;
- Realizar de forma regular sessões de sensibilização sobre Direitos da Criança, em contexto escolar;
- Realizar atividades socioeducativas (programa de treino de competências, apoio ao estudo, etc);
- Dinamizar serviços e ações inseridas no âmbito do Programa Proinfância, em Lisboa (rede de Marvila) e em Coimbra.

● COMUNIDADE DE FUGA COM RECURSO À UNIDADE MÓVEL LÚDICO-PEDAGÓGICA

A Comunidade de Fuga intervém **em situações de emergência, em contexto de rua, face a adolescentes e jovens desaparecidos**, com especial incidência naqueles que se encontram em fuga, utilizando como recurso fundamental a Unidade Móvel Lúdico-Pedagógica.

Prevê-se:

- Realizar giros de diagnóstico e de denúncia diurnos e noturnos;
- Assegurar o acompanhamento psicossocial individualizado a adolescentes e jovens identificados em contexto de rua;
- Assegurar o acolhimento a situações de emergência, restrito a casos resultantes da intervenção direta desta equipa;
- Reforçar a articulação com as diferentes equipas especializadas em intervenção de rua.



Participação

O Direito à Participação é um dos princípios pelos quais o IAC se rege, pois **envolver a criança e dar-lhe espaço para se expressar sobre os temas que lhe dizem respeito é fundamental para o seu desenvolvimento integral**, autonomia, inclusão e contribuição ativa para a sociedade, bem como para a promoção do respeito pelo outro.

Assumem principal destaque neste âmbito a **Rede Juvenil Crescer Juntos, os Mediadores Comunitários e outras iniciativas**, como forma de promover uma efetiva e real participação das crianças e jovens, apoiando-os no exercício de uma cidadania ativa, inclusiva e solidária.

Ações

- Rede Juvenil Crescer Juntos
- Mediadores Comunitários
- Outras iniciativas de participação

● REDE JUVENIL CRESCER JUNTOS

A Rede Juvenil Crescer Juntos conta com a **participação de crianças e jovens provenientes de todo o país e que são acompanhados por entidades da Rede Construir Juntos**.

Tem como objetivo promover a **aquisição de competências pessoais e sociais em crianças e jovens**, potenciando o exercício de uma cidadania ativa.

A Rede desenvolve ações com vista à promoção do acesso à informação, à liberdade de expressão e opinião, envolvendo as crianças e jovens em atividades lúdicas, de lazer, desportivas e culturais.

Pretende-se, em 2025, dar continuidade a esta atividade com o foco na temática “Bem-Estar na Adolescência”.

Prevê-se:

- Realizar reuniões com as crianças e jovens nas instituições de cada Polo, para definição do tema anual;
- Dinamizar atividades sobre a temática escolhida.

● MEDIADORES COMUNITÁRIOS

Os Mediadores Comunitários são jovens acompanhados pelo IAC que, simultaneamente, colaboram com as equipas em **várias iniciativas e tarefas, algumas dirigidas aos pares, outras relacionadas com a comunidade e a sociedade em geral.**

Prevê-se:

- Envolver os mediadores comunitários em iniciativas e ações de participação;
- Envolver os mediadores comunitários em ações desenvolvidas pelas equipas IAC em contexto comunitário e escolar.

● OUTRAS INICIATIVAS DE PARTICIPAÇÃO

O IAC colabora com diversas entidades, disponibilizando suporte técnico e materiais de apoio ao trabalho direto com as crianças que promovam e potenciem a **participação e o acesso das crianças e jovens aos seus direitos de cidadania.**

Prevê-se:

- Reforçar a intervenção do IAC em iniciativas de participação, nomeadamente:
 - UNICEF – Grupo Consultivo;
 - EAPN – “O Futuro começa agora”;
 - Assembleia de jovens na Freguesia de Marvila;
 - Cidades Amigas da Criança – Lisboa.



Conhecimento

O IAC privilegia, desde a sua formação, o conhecimento na área da criança e da família, no sentido da defesa dos Direitos da Criança.

Devido à sua vasta experiência e ao reconhecimento que tem vindo a obter junto da sociedade, o IAC promove uma cultura de **gestão do conhecimento organizacional que incentiva a produção, a difusão e a utilização desse conhecimento.**

Sendo a partilha de conhecimentos um dos pilares do IAC, continuamos a apostar no **desenvolvimento de estudos, na produção de materiais e na realização de eventos,** acessíveis a toda a comunidade, como forma de contribuir para a promoção e a defesa dos Direitos da Criança.

Ações

- Estudos e Investigação
- Publicações
- Eventos

● ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO

Sabemos que o conhecimento científico está em constante renovação e que **a investigação é uma área de grande importância para compreender fenómenos sociais e delinear estratégias de intervenção.**

É por este motivo que, nos últimos anos, o IAC tem apostado em **difundir o seu saber junto da comunidade científica,** sendo reconhecido pela qualidade do trabalho de investigação realizado em diversas áreas dos Direitos da Criança.

Prevê-se:

- Produzir e divulgar o conhecimento científico através de relatórios de investigação e de artigos científicos.



● PUBLICAÇÕES

O IAC valoriza a produção de **materiais que auxiliem os profissionais no seu trabalho diário** e que facilitem a **compreensão de determinados temas por parte das crianças e das suas famílias**.

Algumas das publicações do IAC são periódicas, destacando-se neste âmbito a **Revista “A Criança e os seus Direitos”** e o **“InfoCriança”**.

Contudo, uma parte das publicações desenvolvidas ao longo do ano surgem de acordo com as **necessidades com que nos vamos deparando, implicando um trabalho de reflexão e de pesquisa**.

Prevê-se:

- Dar continuidade à produção de publicações periódicas, nomeadamente, a Revista “A Criança e os seus Direitos” e o “InfoCriança”;
- Produzir brochuras e materiais lúdico-pedagógicos sobre os Direitos da Criança, dirigidos a crianças, famílias e profissionais.

● EVENTOS

A organização de Conferências, Encontros Temáticos e outros eventos tem por objetivo a **partilha de conhecimentos e a promoção de Direitos da Criança**.

Na prossecução deste objetivo, os profissionais do IAC são frequentemente convidados a participar em eventos organizados por outras entidades na divulgação do conhecimento e trabalho desenvolvido no IAC.

Em 2025, pretende-se dar continuidade à organização de eventos que já fazem parte da agenda anual do IAC, assim como dar resposta aos convites que nos são dirigidos por parte de outras entidades.

Prevê-se:

- Organizar o Encontro Nacional da Mediação Escolar;
- Organizar as comemorações do Dia Mundial do Brincar;
- Organizar o Festival dos Jogos de Tabuleiros;
- Organizar a Ação de Formação para Animadores;
- Organizar Encontro Anual IAC;
- Organizar o Intercâmbio Nacional de Crianças e Jovens;
- Organizar o Encontro Anual da Rede Construir Juntos;
- Dar resposta aos pedidos de participação em encontros de outras entidades.



Cooperação

Desde a sua fundação, o IAC tem privilegiado o trabalho **em parceria e em rede**, através da articulação interinstitucional, potenciando uma intervenção mais eficaz e eficiente e melhorando a **qualidade das respostas sociais**.

Estas parcerias são fundamentais para que o IAC possa cumprir com os seus objetivos. Destacamos, neste âmbito, os **Protocolos de Cooperação com organismos públicos e privados**, bem como os apoios recebidos através de **Mecenato**, cujo apoio financeiro e técnico nos tem permitido uma intervenção atempada, adequada e eficaz **em prol do Superior Interesse da Criança**.

Ações

- Rede Construir Juntos
- Parceiros
- Apoios e Donativos
- Projetos financiados

● REDE CONSTRUIR JUNTOS

A Rede Construir Juntos congrega várias instituições a nível nacional, com responsabilidade na área da Infância e da Juventude, e que têm em comum o desenvolvimento de ações que visam **melhorar a coordenação de esforços no combate à exclusão social de crianças e jovens em situação de risco e de perigo** e das respetivas famílias.

Para 2025 pretende-se continuar a promover ações, com vista ao envolvimento de todas as instituições parceiras da Rede.

Prevê-se:

- Alargar a rede de parceiros, através do estabelecimento de novas parcerias;
- Realizar encontros temáticos;
- Desenvolver projetos de parceria;
- Envolver as instituições parceiras em ações de *advocacy* para adequação de políticas públicas em matéria de infância e juventude;
- Organizar a Reunião Anual das instituições parceiras da rede.



● PARCEIROS

O estabelecimento de parcerias é fundamental para o trabalho desenvolvido pelo IAC, sendo as áreas com maior destaque **a saúde, o social, a justiça e a educação**.

Ao longo dos anos, o IAC tem vindo a participar em várias **redes de trabalho nacionais e internacionais**.

Prevê-se:

- Colaborar ativamente com os parceiros envolvidos na ação do IAC;
- Representar o IAC em redes e outras entidades nacionais, europeias e internacionais;
- Contribuir para a implementação e acompanhamento de projetos junto de entidades nos PALOP;
- Dar continuidade aos projetos interinstitucionais em curso;
- Estabelecer novas parcerias em função das necessidades e de projetos que surjam no âmbito da intervenção do IAC.

● APOIOS E DONATIVOS

A obtenção de **apoios e de donativos de particulares e de empresas** que se identificam com e valorizam o trabalho do IAC é uma das formas de garantir que continuamos a fazer o que melhor sabemos.

Prevê-se:

- Dar continuidade a campanhas de recolha de donativos regulares, nomeadamente,
 - Campanha de Consignação do IRS;
 - Campanha de Natal 2025;
 - Campanha de conversão de doadores pontuais em doadores regulares.
- Desenvolver ações com organizações e empresas-chave para obtenção de patrocínios e apoios.



Projetos Financiados

● ESCOLA ALFAIATE

Breve descrição

A Escola Alfaiate tem como finalidade a promoção de condições psicológicas, sociais e pedagógicas necessárias ao desenvolvimento da criança, em benefício de uma educação adaptada a cada aluno e que vise a equidade, igualdade de oportunidades e inclusão social, em escolas do 1.º Ciclo. Pretende-se “uma Escola à medida de todos e de cada um”, que possibilite identificar e prevenir dificuldades e que permita que todos os alunos cresçam enquanto seres humanos.

Público-Alvo

Alunos do 1.º ciclo, com idades compreendidas entre os 5 e os 12 anos, de cinco escolas básicas, pertencentes ao Agrupamento de Escolas D. Dinis.

Fontes de financiamento

Plano de Recuperação e Resiliência
Câmara Municipal de Lisboa

Grau de participação do IAC

Promotor

Período de Execução

De novembro de 2022 a dezembro de 2025

Mais informações [aqui](#)



● ESCOLA DE 2.ª OPORTUNIDADE Educar e Formar para Inserir – LISBOA

Breve descrição

É uma resposta socioeducativa, desenvolvida em estreita colaboração e articulação entre os parceiros envolvidos. Está alinhada com as medidas de política do Estado, no âmbito da educação inclusiva e visa o combate ao abandono escolar, aos comportamentos desviantes, ao risco de exclusão social, promovendo a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Público-Alvo

Jovens com idades entre os 15 e os 18 anos de idade, em situação de abandono escolar há pelo menos 1 ano ou absentismo grave, com Medidas de Promoção e Proteção ou Tutelares Educativas e para os quais já foram esgotadas todas as respostas na área da educação.

Fontes de financiamento

Plano de Recuperação e Resiliência
Câmara Municipal de Lisboa

Grau de participação do IAC

Promotor

Período de Execução

De novembro de 2022 a dezembro de 2025

Mais informações [aqui](#)



● LUZ VERDE À CRIANÇA

Breve descrição

O Projeto Luz Verde à Criança surge da necessidade de uma intervenção concertada ao nível do município de Lisboa que cumprisse com o preconizado na Convenção sobre os Direitos da Criança.

O Instituto de Apoio à Criança propôs-se cumprir um conjunto de ações que colmatam algumas lacunas identificadas em domínios como a educação, a saúde, a justiça, os serviços sociais e os espaços públicos.

Público-Alvo

Crianças e famílias residentes na cidade de Lisboa; profissionais de educação e de saúde de instituições do Município.

Fontes de financiamento

Câmara Municipal de Lisboa

Grau de participação do IAC

Promotor

Período de Execução

De julho de 2024 a junho de 2025

Mais informações [aqui](#)



● PROGRAMA PROINFÂNCIA DA FUNDAÇÃO “LA CAIXA” MARVILA – LISBOA

Breve descrição

O Programa Proinfância é uma iniciativa da Fundação “la Caixa” dirigida a crianças e jovens em situação de pobreza económica e vulnerabilidade social, com a finalidade de promover e apoiar o seu desenvolvimento integral, favorecendo e apoiando políticas de melhoria da equidade, da coesão social e da igualdade de oportunidades para as crianças e jovens e para as suas famílias.

Público-Alvo

Crianças e jovens entre os 0 e os 18 anos cujas famílias, em situação de pobreza económica relativa ou extrema, estejam ou sejam suscetíveis de estar a receber apoio ou acompanhamento social, e apresentem carências nas suas necessidades sociais na freguesia de Marvila.

Fontes de financiamento

BPI - Fundação “la Caixa”

Grau de participação do IAC

Parceiro

Período de Execução

Início em janeiro de 2021 (de continuidade)

Mais informações [aqui](#)



● PROGRAMA PROINFÂNCIA DA FUNDAÇÃO “LA CAIXA” – COIMBRA

Breve descrição

Com foco na promoção educativa, apoio social e atividades de lazer, o programa tem potencial para eliminar lacunas fundamentais. A abordagem integrada, aliada ao apoio de entidades parceiras especializadas, possibilitam uma resposta abrangente às necessidades identificadas.

Assim, ao proporcionar um ambiente educativo reforçado, acesso a cuidados de saúde e atividades de lazer estruturadas, visa não apenas apoiar as crianças e jovens, mas também fortalecer as famílias e a comunidade em geral.

Público-Alvo

Crianças e jovens entre os 0 e os 18 anos e respetivas famílias, em situação de pobreza e exclusão social em Coimbra.

Fontes de financiamento

BPI - Fundação “la Caixa”

Grau de participação do IAC

Promotor

Período de Execução

A iniciar entre novembro e dezembro de 2024, sem data de *terminus*.

Mais informações [aqui](#)



● PROJETO ESF+EUMOVE APPLICATION

Breve descrição

O projeto prevê a realização de experiências profissionais num país da Europa, com vista à melhoria das suas competências profissionais e sociais que facilite a sua integração no mercado de trabalho. Pretende transferir para os parceiros algumas ferramentas e metodologias inovadoras que foram bem-sucedidas noutros contextos, através de mobilidades entre os países parceiros.

Público-Alvo

Jovens com Necessidades Educativas Especiais que não estudam (abandono escolar ou que tenham terminado o ensino obrigatório, não tendo perspectivas de emprego) e que não trabalham.

Fontes de financiamento

European Social Fund+ (ESF) Social Pre-rogatives and Specific Competencies Lines (SocPL)

Grau de participação do IAC

Parceiro

Período de Execução

24 meses

(a iniciar entre novembro e dezembro de 2024)

Mais informações [aqui](#)



ORÇAMENTO 2025

PREÂMBULO

Nos termos consignados nos Estatutos do Instituto de Apoio à Criança, com o número de pessoa coletiva 501 377 662 e sede social na Av. da República, n.º 21, Lisboa, vem a Direção do Instituto de Apoio à Criança apresentar para aprovação o Orçamento para o exercício de 2025.

1. Enquadramento Orçamento 2025

O Instituto de Apoio à Criança tem como missão contribuir para o desenvolvimento integral da criança, promovendo e defendendo os seus direitos. Ao longo das décadas, a instituição adaptou a sua intervenção às necessidades da infância em Portugal, criando diversas respostas sociais.

Em 2025, a prioridade continua a ser a intervenção direta com o grupo-alvo, o desenvolvimento de metodologias inovadoras e o fortalecimento de parcerias e redes, consolidando o IAC como uma referência nacional e internacional na área dos Direitos da Criança. O IAC tem priorizado a capacitação da organização, o desenvolvimento de novos projetos e a melhoria da sua sustentabilidade financeira, identificando estratégias para assegurar o equilíbrio orçamental e garantir a continuidade dos serviços que presta.

O IAC prevê implementar uma série de medidas para garantir a estabilidade financeira, incluindo a renegociação de protocolos com o Estado, a captação de novos projetos e a contenção de custos, pelo que se prevê um resultado positivo de 160.779€ para o próximo exercício, o que permitirá à instituição cumprir as suas metas e continuar o seu trabalho na defesa dos Direitos da Criança.

2. Investimentos a realizar em 2025

Para que as atividades em 2025 decorram na sua plenitude e sejam assegurados os objetivos propostos, foi identificado um conjunto de investimentos necessários, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Investimentos a realizar	Setor	Valor de aquisição	Vida útil (em anos)	Depreciação anual
Conservação e reparação de edifícios	Serviços Gerais	5 000	*	

De referir que o valor previsto para os investimentos diz respeito, essencialmente, a gastos com a conservação e reparação dos edifícios onde a Entidade desenvolve as suas atividades.

3. Proveitos

Para o exercício de 2025, o IAC prevê obter receitas no valor total de 2.571.828€, conforme se detalha de seguida:

3.1. Receitas operacionais

As principais e mais significativas fontes de receita da Entidade manter-se-ão idênticas às obtidas nos exercícios anteriores, sendo o Acordo Atípico, os Protocolos com Ministérios específicos e o Protocolo Interministerial, celebrados com o IAC, os mais relevantes.

De forma complementar, este ano temos ainda como fonte de receita, o protocolo celebrado com a CML - Projeto Luz Verde à Criança, o apoio financeiro recebido no âmbito do contrato programa das Operações Integradas na área Metropolitana de Lisboa do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), específico para o desenvolvimento das Escolas de Segunda Oportunidade e Escolas Alfaiate.

De referir que, à data da execução do orçamento, há a perspetiva de aprovação de novas candidaturas que permitirão a participação futura do IAC em novos projetos.

De seguida apresentam-se os valores das receitas previstas para o exercício de 2025 por diferentes tipos de financiamento:

Rubricas	Valor 2024	Inflação 2025	Valor Previsto 2025
Protocolos e Acordos			
Acordo Atípico Segurança Social	798 038	2,0%	813 999
Protocolo			
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	166 000		169 320
Ministério da Justiça	112 968		115 227
Ministério da Saúde	170 039		173 440
Ministério da Educação	90 890		92 708
Ministério da Administração Interna	72 500		72 500
Instituto Português da Juventude	40 000		40 000
Projetos em Candidatura			
Prémio Infância do BPI/Fundação La Caixa	-		53 699
Protocolo Câmara Municipal de Viseu	-		2 980
Festival Jogos de Tabuleiro	-		3 000
Coordenação do Projeto Proinfância (Coimbra)	-		39 400
Project ESF* EuMove Application (Coimbra)	-		43 001
RAAML (Marketing)	-		30 003
EUCARE	-		17 334
Projetos em Continuidade			
Luz Verde (Protocolo CM Lisboa)	344 496		340 030
Proinfância BPI La Caixa	15 249		24 741
PRR			
Escolas de 2ª Oportunidade (Marvila, Lumiar, Santa Clara)	324 232		325 846
Escola Alfaiate			
Fundo Socorro Social	170 000		-
Donativos			
Donativos e heranças	107 848		98 500
Rendas Recebidas			
Versailles	61 200		116 100
Total	2 473 460		2 571 828

Conforme referido no quadro anterior, as receitas a obter no exercício de 2025, provenientes de acordos e protocolos, foram calculados tendo por base o valor auferido no exercício de 2024, acrescido de uma taxa de inflação de 2% (taxa igual à de 2024 conforme previsão do Banco de Portugal).

As restantes receitas são as que resultam dos valores previstos nos projetos indicados.

Apresenta-se de seguida a repartição dos proveitos por setor:

Rubricas	Valor 2024	Inflação 2025	Valor Previsto 2025	Serviços Gerais	Actividade Lúdica / Humanização	Projecto Rua "Em Família para Crescer"	SOS Criança	Serviço Jurídico	Total
Protocolos e Acordos									
Acordo Atípico Segurança Social	798 038	2,0%	813 999	-	-	647 399	166 600	-	813 999
Protocolo Interministerial									
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	166 000		169 320	30 000	30 000	80 000	9 320	20 000	169 320
Ministério da Justiça	112 968		115 227	-	-	55 683	35 544	24 000	115 227
Ministério da Saúde	170 039		173 440	-	77 193	72 691	23 556	-	173 440
Ministério da Educação	90 890		92 708	-	9 679	55 490	27 539	-	92 708
Ministério da Administração Interna	72 500		72 500	-	5 000	35 452	20 766	11 282	72 500
Instituto Português da Juventude	40 000		40 000	-	-	20 000	20 000	-	40 000
Projetos em Candidatura									
Prémio Infância do BPI/Fundação La Caixa	-		53 699	-	-	53 699	-	-	53 699
Protocolo Câmara Municipal de Viseu	-		2 980	-	2 980	-	-	-	2 980
Festival Jogos de Tabuleiro	-		3 000	-	3 000	-	-	-	3 000
Coordenação do Projeto Proinfância (Coimbra)	-		39 400	-	-	39 400	-	-	39 400
Project ESF* EuMove Application (Coimbra)	-		43 001	-	-	43 001	-	-	43 001
RAAML (Marketing)	-		30 003	-	-	30 003	-	-	30 003
EUCARE	-		17 334	-	-	17 334	-	-	17 334
Projetos em Continuidade									
Luz Verde (Protocolo CM Lisboa)	344 496		340 030	-	-	340 030	-	-	340 030
Porinfância BPI La Caixa	15 249		24 741	-	-	24 741	-	-	24 741
PRR									
Escolas de 2ª Oportunidade (Marvila, Lumiar, Santa Clara)	324 232		325 846	-	-	239 915	-	-	239 915
Escola Alfaiate				-	-	-	85 931	-	85 931
Fundo Socorro Social	170 000		-	-	-	-	-	-	-
Donativos									
Donativos e heranças	107 848		98 500	43 500	5 000	50 000	-	-	98 500
Rendas Recebidas									
Versailles	61 200		116 100	29 025	29 025	43 538	-	14 512	116 100
Total	2 473 460		2 571 828	102 525	161 877	1 848 376	389 256	69 794	2 571 828

3.2. Receitas não operacionais

Na tabela seguinte apresentam-se as restantes fontes de proveitos previstas para o ano 2025 em análise, as quais não têm por base acordo, protocolos ou candidaturas a apoios.

Rubricas	Valor 2024	Valor estimado para 2025
Donativos	59 300	50 000
Consignação de IRS	40 398	40 000
Formação	5 000	5 000
Quotas	2 000	3 000
Outros	1 150	500
Total	107 848	98 500

O valor desta rubrica afigura-se de estimativa incerta pelo facto de os donativos (em numerário ou sob a forma de consignação de IRS) não serem um valor controlado pelo IAC. Os valores estimados tiveram por base o histórico de anos anteriores e as expectativas para o exercício de 2025.

4. Pessoal

No quadro seguinte segue o detalhe dos gastos com o pessoal por cada área a suportar no exercício de 2025.

Rubricas	Total em €	Serviços Gerais	Actividade Lúdica / Humanização	Polo de Coimbra	CML	PRR	Projecto Rua	SOS Criança	Serviço Jurídico
Remunerações	1 537 201	49 063	90 059	82 578	220 736	221 712	630 988	217 277	24 788
Subsídios de refeição	110 689	4 477	7 240	5 201	13 147	23 040	40 525	15 369	1 690
Indemnizações	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Segurança social	313 212	10 960	20 083	18 415	25 243	46 641	139 708	46 634	5 527
Seguros	10 523	271	532	483	863	3 315	3 697	1 229	132
Outros gastos com pessoal	19 283	562	554	1 370	0	129	10 126	6 512	31
Total	1 990 907	65 334	118 469	108 048	259 989	294 836	825 043	287 020	32 169

A rubrica “Outros gastos com pessoal” compreende uma estimativa dos custos com seguros para atividades realizadas, complementos de doença, e outros encargos.

5. Custos de Funcionamento

Os custos de funcionamento da instituição previstos para 2025 seguem a tendência dos últimos anos, os quais foram estimados na ótica da centralização de alguns dos serviços.

Destacam-se essencialmente as rubricas “Rendas e alugueres” a qual está associado o renting relativo à aquisição dos equipamentos informáticos e a rubrica “Comunicação”.

Na tabela seguinte encontram-se os custos de funcionamento expectáveis:

Rubricas	Total em €	Serviços Gerais	Actividade Lúdica / Humanização	Polo de Coimbra	Projecto Rua	SOS Criança	Serviço Jurídico
Serviços especializados							
Trabalhos Especializados	91 643	1 316	9 895	698	74 705	5 007	23
Publicidade e propaganda	14 121	-	150	-	13 971	-	-
Vigilância e segurança	582	309	-	-	273	-	-
Honorários	39 699	9 180	-	-	30 519	-	-
Conservação e Reparação	19 355	13 157	59	168	3 627	2 344	-
Despesas Bancárias	1 879	139	85	28	1 275	338	14
Outros	247	91	-	-	156	-	-
Materiais							
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 615	156	-	-	3 264	195	-
Material de escritório	21 142	774	1 281	962	15 818	2 038	269
Artigos para oferta	204	204	-	-	-	-	-
Material Didático - Utentes	14 247	-	228	-	12 519	1 500	-
Outros	12 632	263	31	-	10 812	1 526	-
Energia e fluidos							
Electricidade	5 643	155	-	642	3 324	1 522	-
Combustíveis	2 486	435	-	43	1 729	279	-
Água	2 620	298	-	336	1 547	439	-
Outros	66	-	-	-	66	-	-
Deslocações, estadas e transportes							
Deslocações e estadas	30 612	315	2 385	1 492	23 845	2 421	154
Transportes de mercadorias	604	-	48	30	477	46	3
Outros	208	36	-	7	161	5	-
Serviços diversos							
Rendas e Alugueres	89 504	895	11 339	4 575	67 332	4 424	938
Comunicação	26 873	2 429	2 300	1 390	14 596	5 823	335
Seguros	11 889	610	1 128	128	7 845	1 928	250
Limpeza, higiene e conforto	11 257	108	337	3 278	6 963	547	23
Outros serviços	4 285	93	6	482	2 633	1 071	0
Impostos							
Impostos indiretos	522	386	-	-	136	-	-
Outros							
Correções relativas a períodos anteriores	570	15	-	-	554	-	-
Quotizações	1 626	102	267	-	1 024	233	-
Outros não especificados	30	-	5	-	20	5	-
Custos com apoios Financ. Conc.a Assoc.ou Utenti	140	-	-	-	140	-	-
Total	408 300	31 467	29 544	14 257	299 330	31 691	2 010

6. Orçamento Resumo

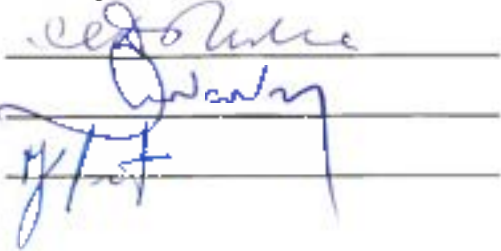
Com base nos proveitos e custos apresentados nos capítulos anteriores, segue a síntese do mapa de orçamento para o ano de 2025 para cada uma das áreas relevantes:

Rubricas	Serviços Gerais	Actividade Lúdica / Humanização	Polo de Coimbra	CML	PRR		Projeto Rua	S.O.S Criança	Serviço Jurídico	Total em €
					Projeto Rua	S.O.S Criança				
Proveitos Operacionais										
Acordos	-	-	106 775	-	-	-	540 624	166 600	-	813 999
Protocolos	30 000	121 872	-	-	-	-	319 316	136 725	55 282	663 195
Projetos em continuidade	-	-	-	340 030	239 915	85 931	24 741	-	-	690 617
Projetos em candidatura	-	5 980	82 401	-	-	-	101 036	-	-	189 417
Proveitos não operacionais										
Donativos e heranças	43 500	5 000	-	-	-	-	50 000	-	-	98 500
Outros Proveitos										
	29 025	29 025	-	-	-	-	43 538	-	14 512	116 100
Sub-total	102 525	161 877	189 176	340 030	239 915	85 931	1 079 255	303 325	69 794	2 571 828
Custos de funcionamento										
	31 467	29 544	14 257	80 100	29 498	1 850	187 882	31 691	2 010	408 300
Custos com pessoal	65 334	118 469	108 048	259 989	210 755	84 081	825 043	287 020	32 169	1 990 907
Amortizações	11 842	-	-	-	-	-	-	-	-	11 842
Sub-total	108 642	148 012	122 305	340 089	240 253	85 931	1 012 926	318 711	34 179	2 411 049
Resultado	-6 117	13 864	66 870	-59	-338	-	66 330	-15 387	35 615	160 779

Conclui-se que, para o exercício de 2025, o IAC poderá apresentar um resultado positivo de 160.779€, devido, na sua maioria, às receitas previstas do PRR, Câmara Municipal de Lisboa e novos projetos em candidatura.

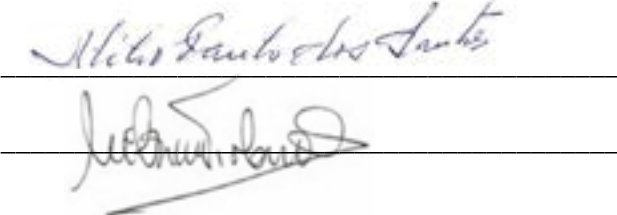
Lisboa, 28 de novembro de 2024

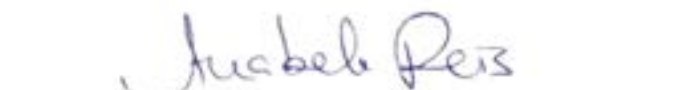
A Direção



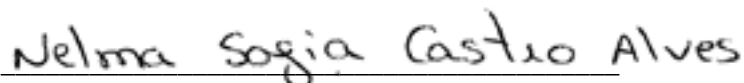


O Conselho Fiscal





A Contabilidade



ATAS

Ata do Conselho Fiscal

6

Empresa : Instituto de Apoio à Criança
Sede : Avenida da República, N°21 - 1050-185 Lisboa
No Cont.: 501 377 662
Matr.Cons.Reg.Comercial de : Lisboa

ACTAS

Ata N° 66

Aos dezoito dias do mês de Novembro de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se nas instalações do Instituto de Apoio à Criança o Conselho Fiscal constituído por Abílio Paulo dos Santos, Anabela Dias Fonseca Reis e Melanie da Luz Viola Tavares, para analisar e dar parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de dois mil e vinte cinco.

O Secretário-Geral, Manuel José Ataíde Ferreira Coutinho referiu o incremento previsto da atividade do Instituto dado que os projetos em candidatura estão muito bem encaminhados.

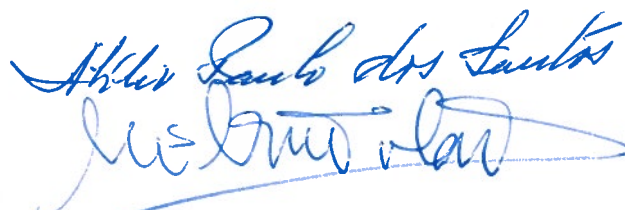

A Tesoureira da Direção, Matilde de Castro Sirgado referiu que se previa um resultado positivo de cento e sessenta mil, setecentos e setenta e nove euros, que virá reduzir o saldo negativo da situação líquida; é de referir que a situação líquida negativa resulta fundamentalmente de alguns ministérios não terem ainda atualizado as verbas resultante da inflação no protocolo ministerial assinado no ano de dois mil e dois e também devido a um dos intervenientes do Protocolo Ministerial ter sido extinto (Ministério da Juventude) e de os fundos acordados que lhe competiam terem deixado de ser pagos.

Os proveitos previstos têm um aumento significativo e os encargos com o funcionamento são os indispensáveis, como é norma do Instituto.

Tem face do exposto o Conselho Fiscal é de parecer que:

- seja aprovado o Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de dois mil e vinte cinco;
- propõe um voto de louvor à Direção e colaboradores do Instituto pelos serviços prestados pelo bem da Criança.

Não havendo outros assuntos a tratar foi a sessão encerrada pelas dezoito horas, de que foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Conselho Fiscal.

Ata da Assembleia Geral

Empresa : Instituto de Apoio à Criança
Sede : Avenida da República, nº14 - 1050-185 Lisboa
No Cont.: 501 377 662
Matr.Cons.Reg.Comercial de : Lisboa, nº162/19931014



2

A C T A S

Ata Nº 96

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, realizou--se, na sede do Instituto de Apoio à Criança (IAC), na Avenida da República, número vinte e um, em Lisboa, a Assembleia-Geral de Associados, a qual foi devidamente convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, através da circular número doze, de vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e quatro, enviada a todos os associados por via postal, nos termos do disposto no artigo cento e setenta e quatro barra um do Código Civil.

Não tendo havido quórum à hora marcada, dezasseis horas, e trinta minutos, a Assembleia-Geral iniciou-se às dezassete horas com a presença de vinte e três associados, sendo que dezoito foram presenciais e cinco em reunião zoom.

A Assembleia-Geral foi presidida pela Vice-Presidente, Dra. Maria Clara Castilho, associada nº393, pela Doutora Fernanda Salvaterra, associada nº767 e pela associada nº 778, Drª Mara Chora, convidada com o acordo dos associados presentes.

Procedeu-se à leitura da Ata Nº 95 realizada a quinze dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro que foi aprovada pelos associados presentes que estiveram na referida Assembleia.

Passou-se à leitura da Convocatória da reunião com a seguinte ordem de trabalhos:

- Apreciação e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2025;
- Outros assuntos.

Antes de se passar à apresentação do Plano de Atividades, e dado que já se encontra agendada, para dia 12 de dezembro, eleições de novos Órgãos Sociais, os elementos da Direção ainda em exercício, pediram para usar da palavra.

A Drª Dulce Rocha referiu que será a última Assembleia Geral em que estará como Presidente da Direção, estando na lista candidata como Presidente da Mesa da Assembleia Geral. Agradeceu toda a colaboração que sempre teve ao longo dos anos em que desempenhou este cargo. Confia que a nova Direção será de continuidade, afirmando que pode continuar a contar com o seu apoio no que for considerado importante e em que possa ser útil.

O Vice-Presidente da Direção, Juiz Luís Vaz das Neves, realçou o gosto que teve em dela ter feito parte e o muito que aprendeu com pessoas maravilhosas, pela competência e dedicação a um trabalho social, desejando o maior êxito à nova Direção.

O Senhor Secretário-Geral, Dr. Manuel Coutinho. Realçou o novo formato de apresentação do novo Plano de Atividades e Orçamento, já indicando uma nova visão, em que se pretende uma lógica de “catedral” e não de “capelinhas”, todos contribuindo para um bem global onde não há projetos maiores e outros menores.

Empresa : Instituto de Apoio à Criança
 Sede : Avenida da República, nº14 - 1050-185 Lisboa
 No Cont.: 501 377 662
 Matr.Cons.Reg.Comercial de : Lisboa, nº162/19931014

3

ACTAS

verbas com custos de pessoal verifica-se um pequeno aumento que corresponde ao ajuste de ordenados ao rendimento mínimo aprovado pelo Governo e a um reajustamento nas carreiras, assim como progressões na carreira. Foi prevista uma redução nos donativos, mas que serão cobertos com o aumento da consignação do IRS, que recentemente passou de 0,5% para 1%.

No que diz respeito ao Orçamento para o ano de dois mil e vinte e cinco, este foi apresentado pela Drª Nelma Alves, que considerou ser um Orçamento otimista, com saldo positivo, que permite dar continuidade de fazer face aos eventuais imprevistos.

A Tesoureira, Drª Matilde Sirgado alertou para o facto de estes valores positivos se relacionarem com a existência de projetos a terminar em dezembro de 2025, pelo que, durante o ano que entra, todos deverão continuar a projetar novas entradas de verbas (renegociação dos Protocolos com o Estado e candidaturas a Projetos) que permitam continuarmos a trabalhar com as mesmas condições que agora foram alcançadas, para o bem do equilíbrio das contas e sustentabilidade da intervenção do IAC.

De seguida, foi lida a ata número 66 do Conselho Fiscal, reunião presidida pelo Senhor Dr. Abílio Paulo Santos, que deu o seu parecer favorável aos dois documentos em análise: Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e vinte e cinco e propôs um voto de louvor à Direção e a todos quantos com ela colaboraram.

A Vice-Presidente da Mesa submeteu, de seguida, em conjunto, à votação o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e vinte cinco, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade, assim como um voto de louvor proposto pelo Conselho Fiscal à Direção e a todos que com ela colaboram.

No ponto "Outros Assuntos", o Senhor Secretário-Geral, Dr. Manuel Coutinho, informou das diligências para serem cobradas cotas de associados em atraso, com proposta de faseamento de pagamento. Refletiu-se sobre o facto de empresas e associações terem o mesmo valor de cotização, o que foi considerado ser passível de ser aumentado. Dado que terá de ser a Direção a apresentar uma proposta à Assembleia, tal ficou de ser agendado para uma próxima Assembleia.

Cumprindo os requisitos legais e não havendo nada mais a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pelas dezoito horas.

A Vice-Presidente
 Associada nº 393

Mania Clara Cabral Castilho

A Secretária da Mesa
 Associada nº 767

[Assinatura]

A Associada nº 778

Para Lisa Marques Moura

Adenda; Atendendo ao "lapsus calami" da primeira linha da página dois, que em vez de dizer novembro, se escreveu dezembro, retifica-se por este meio o apontado erro.

Mania Clara Cabral Castilho

